

# 2024

Abril faz 50 anos  
e a democracia  
nunca precisou  
tanto de ser  
nutrida



O ano em que se perfaz meio século da Revolução dos Cravos será, tudo indica, aquele em que a Direita mais extremada baterá recordes nas urnas. E o que é que isto nos diz? Para onde vamos? Quais os principais desafios, no país e no Mundo? Uma reflexão sobre o que está em causa nos próximos 366 dias.

~~~~~  
TEXTO  
*Ana Tulla*

**H**á quase 50 anos, um grupo de militares portugueses ousou romper as amarras de uma ditadura sufocante, pôr cobro a um regime autoritário de inspiração fascista, libertar o país da uma mordaza que durava há mais de quatro décadas. Foi a 25 de abril de 1974, “o dia inicial, inteiro e limpo”, houve poucos tiros, mas cravos em barda, muitos deles a repousar nos canos das espingardas, haveria lá imagem mais poética para uma revolução. Meio século depois, Portugal é um país transfigurado, não há volta a dar. A Saúde deixou de depender apenas das instituições privadas e da beneficência e o Serviço Nacional de Saúde (SNS) ganhou forma. A Educação deu um pulo inquestionável, com a taxa de analfabetismo a recuar dos 26% em 1970 para os 3,1% em 2021, os direitos das mulheres avolumaram-se (antes, vale a pena recordar, poucas trabalhavam fora de casa, ainda menos estudavam, não podiam sequer viajar sem a autorização do marido). As prestações sociais, antes quase inexistentes, são hoje um balão de oxí-

gênio para dias de aflição, a liberdade de expressão (e de manifestação, e de imprensa, entre outras) é um dado adquirido, as eleições livres são uma realidade incontestável. Mas também há que lembrar que o SNS vive tempos particularmente turbulentos, com falta de médicos e listas de espera intermináveis, que a escola pública tem deixado muito a desejar, com greves sucessivas e desempenhos deficitários (basta lembrar os resultados do último PISA), que o direito a uma habitação digna está longe de se cumprir, que quase dois milhões de portugueses são pobres – ainda que uma parte significativa deles trabalhe –, que a desinformação é um problema cada vez mais premente, que os casos a envolver governantes e figuras de relevo no país se multiplicam.

Vem isto a propósito deste 2024 que está prestes a arrancar, o ano em que se comemora o tão esperado 50.º aniversário de Abril, o ano em que há duas eleições (legislativas a 10 de março e europeias a 9 de junho), o ano em que a extrema-direita, ou direita populista radical, ameaça uma percentagem recorde nas urnas. E o que é que isso nos diz? O que podemos esperar do ano que aí vem? Quais são os grandes desafios em causa neste 2024? Estará a nossa democracia particularmente ameaçada no ano em que se celebra meio século da Revolução dos Cravos? Começemos pelos números. Criado por André Ventura em 2019, à boleia da proliferação de figuras e partidos conotados com a extrema-direita um pouco por todo o Mundo, o Chega estreou-se em legislativas com um resultado irrelevante (1,29% em 2019), mas disparou em 2022, com 7,18% e uma subida astronómica de assentos parlamentares (de um para 12), tendo mesmo ascendido a terceira força política nacional. Agora, no sufrágio que se avizinha, é quase certo que voltará a crescer. A questão é quanto, sendo que as sondagens oscilam entre uma percentagem total de votos entre os 11% e o 16%. A confirmarem-se as previsões mais favoráveis, o partido de Ventura mais do que duplica a percentagem em menos de um ano, o que certamente não pode ser desvalorizado.

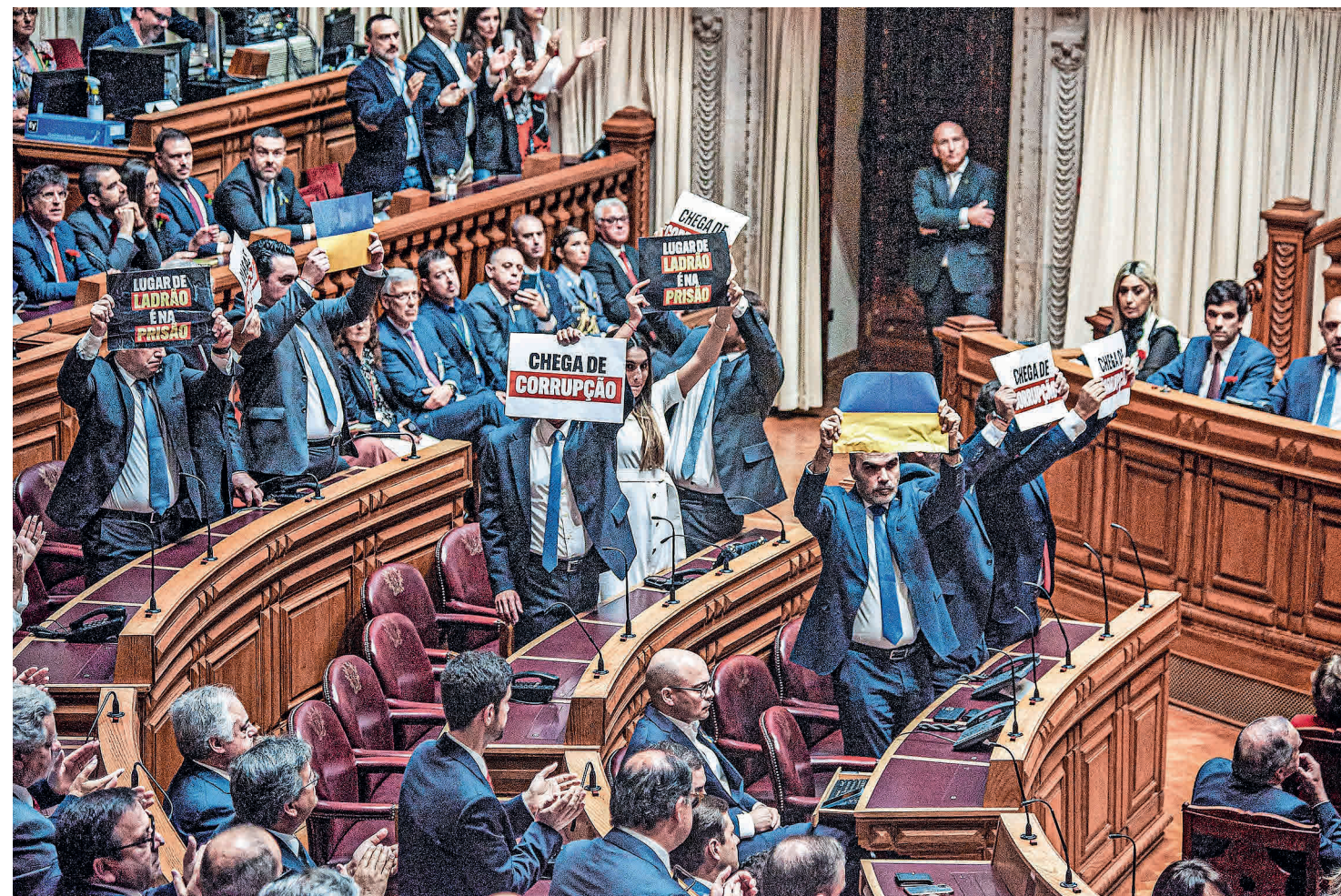
As explicações têm vindo a ser disseminadas, o cansaço face ao chamado arco da governação encabeça a lista, o politólogo Carlos Jalali lembra isso mesmo. “O discurso do Chega é muito centrado numa distinção entre a elite corrupta e

“O desafio será percebermos o rumo que o sistema partidário vai tomar [...] e sobretudo se o sistema partidário e a aritmética parlamentar permitirão que haja uma real capacidade de governar”

**Carlos Jalali**  
Político

“Não é um bom momento, mas não vou dramatizar. Os casos que tem havido não ajudam à estabilidade, mas não acho que o regime esteja à beira do colapso. Até porque uma parte do que tem acontecido é a democracia a funcionar”

**André Freire**  
Político



PAULO ALEXANDRINO/GLOBAL IMAGENS

distinta versus um povo cujos interesses não são tidos em conta. O voto no Chega é reflexo, para uma parte do eleitorado, de um afastamento face aos partidos que têm governado. Sendo que este afastamento não começou com o Chega, o Chega só o veio capitalizar.” Como possivelmente capitalizará os casos que marcaram o anterior Governo e que culminaram na saída de António Costa, à boleia da “Operação Influencer”, uma investigação judicial sobre a instalação de um centro de dados em Sines e negócios de lítio e hidrogénio. O primeiro-ministro anunciou a demissão depois de uma nota da Procuradoria-Geral da República dar conta de que seria, ele próprio, alvo de um processo-crime e ainda antes de se saber que tinham sido encontrados 78 mil euros em notas no espaço de Vítor Escária, seu chefe de gabinete. Tudo lenha para a fogueira da descrença, da qual já nem o presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, escapa, agora que também ele está no centro de uma polémica, envolvendo uma suposta cunha para a administração de um medicamento milionário a duas gémeas luso-brasileiras.

De volta ao Executivo, André Freire, politólogo, recorda que o rolo compressor arrancou bem antes de Costa cair com estorão. “Os casos no Governo não começaram com a ‘Operação Influencer’. Já antes houve sucessivas demissões de ministros e secretários de Estado, houve vários casos na Defesa, houve situações de nepotismo e clientelismo, como a tentativa

de Fernando Medina contratar Sérgio Figueiredo [o ex-diretor da TVI chegou a ser contratado pelo gabinete de Medina como consultor, com salário equiparado ao de um ministro, mas, face à contestação, o processo acabou por cair] ou a ida da esposa de um ex-secretário de Estado para a direção da TAP. Aquilo que se passou nos últimos capítulos deste Governo tinha an-



JOSÉ SENA GOUËLA/LUSA

## JUSTIÇA ÉTER, SARA CARREIRA, SÓCRATES

O ano começa com a leitura do acórdão da “Operação Éter”, relacionada com contratos ilícitos celebrados pela entidade de Turismo do Porto e Norte de Portugal. O veredicto do coletivo de juizes deverá ser conhecido a 4 de janeiro. Ainda para o primeiro mês do ano (12 de janeiro), está agendada a leitura da sentença do caso do acidente rodoviário que provocou a morte de Sara Carreira, filha do cantor Tony Carreira. Há três arguidos acusados de homicídio por negligência, entre os quais o cantor Ivo Lucas (na altura namorado de Sara) e a fadista Cristina Branco. Já em março – pelo menos, é essa intenção do Tribunal Criminal de Lisboa, noticiou recentemente o “Expresso” – , poderemos assistir ao julgamento do que resta da “Operação Marquês”, que tem o antigo primeiro-ministro José Sócrates como protagonista. O desígnio está no entanto refém de outras duas decisões: a do Tribunal da Relação de Lisboa, que está a avaliar o recurso do Ministério Público relativamente à decisão instrutória do juiz Ivo Rosa, e a do Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, que está a aferir as nulidades arguidas por Sócrates. Ambas as decisões estão previstas para o fim de janeiro.



PEDRO ROCHA/GLOBAL IMAGES

“O problema não é estes partidos serem radicais, [...] o problema é que como sentimos que seremos os primeiros a viver pior do que os nossos pais, e estamos legitimamente descontentes, surgem estas ideologias em que se defende que para tentar resolver o problema é legítimo atacar outros”

**Bruno Madeira**  
Historiador



“ Considerando que em 2019 já tivemos as eleições europeias mais participadas de sempre, e que de cada vez que a participação é mais elevada aumenta a fragmentação do Parlamento, porque há mais partidos extremistas que são eleitos, é de prever que a tendência se intensifique”

**Catarina Silva**  
Investigadora e professora universitária

tecedentes. E sim, penso que prejudica a percepção das pessoas.” Em relação aos governantes e aos partidos, bem entendido. Aliás, o docente do ISCTE tende a achar que este impacto já está a ter reflexo nas sondagens que têm vindo a público – e em particular nos resultados que o partido de André Ventura tem tido. “Não há dúvidas que quem beneficia do clima de descon-

fiança é o Chega. Não posso afirmar com certeza que há uma ligação direta entre a desconfiança e estes números, mas que é muito provável que isso já esteja a acontecer, e que mais uma vez se possa efetivar nos resultados das eleições, parece-me muito possível.”

Bruno Madeira, docente no Departamento de História do Instituto de Ciên-

cias Sociais da Universidade do Minho e especialista em extrema-direita, também reconhece que, nos 50 anos de 25 de Abril, há um sério risco de assistirmos a um novo crescimento deste quadrante político. “Mas não me parece que haja relação entre uma coisa e outra. É certo que muitos entendem que o projeto que está plasmado na Constituição não foi cumprido, mas não mais do que isso. Até porque não é algo exclusivo do nosso país.” O investigador encontra, sim, outros motivos para o robustecimento das fileiras lideradas por Ventura. Desde logo, o facto de o CDS, que durante muito tempo “conseguiu bloquear a extrema-direita”, ter perdido a capacidade de “exercer essa função de tampão” com a saída de Paulo Portas. O próprio universo mediático também teve neste processo um papel relevante, entende. “Quando confrontados com fenómenos de extrema-direita que cresciam exponencialmente em França, em Itália, quase havia uma vontade de que também nós tivéssemos esse problema. E o Chega serve-se disso. Há, portanto, uma profecia que se autorrealiza.”

O historiador aponta ainda o dedo a cer-

tos órgãos de comunicação social pela percepção falaciosa que têm criado em matéria de segurança e corrupção. “Há uma parte da imprensa, cada vez mais tabloideizada, que vive da venda de uma pretensa sensação de insegurança e de um suposto aumento da criminalidade, que os dados estão longe de atestar. Em relação à corrupção, há a ideia de que há cada vez mais, mas na verdade isso deve-se ao facto de ela ser cada vez mais investigada e de haver quase uma ligação direta entre o Ministério Público e um jornal, em que, ainda antes de haver um julgamento, as pessoas já estão acusadas. Isto cria nas pessoas a ideia de que há uma corrupção generalizada.” Rastilhos perfeitos para a proliferação do eleitorado do Chega. A que ainda se junta um outro. “Há uma hegemonia neoliberal que se tem traduzido na destruição dos serviços de saúde, das pensões e reformas e isto gera uma grande revolta contra a classe política. Mas também aqui há uma grande confusão, porque na verdade os partidos que têm estado no poder não representam todas as alternativas políticas.”

#### OS DESAFIOS

Daí que Carlos Jalali aponte, como um dos desafios para o ano que está prestes a começar (e para os anos seguintes, claro está), a necessidade de estancar a desconfiança que se tem avolumado em relação aos partidos e ao próprio sistema. E voltamos ao presidente da República e ao caso da suposta cunha. “Vários estudos têm mostrado que os portugueses acham que a Justiça não é igual para todos, e na verdade esta percepção é transversal a todo o sistema administrativo, há uma sensação generalizada de que não há um tratamento igualitário. Situações como esta vêm reforçar essa percepção – mesmo que nada tenha acontecido –, e alimentar uma ideia, muito cara aos partidos populistas, de que as elites não têm em conta o cidadão comum. De resto, não é raro vermos casos judiciais que envolvem políticos e, se nalguns casos se percebe que não há fundamento, noutros não é bem assim.” E como se trava este loop? “Os partidos têm cada vez mais de ser extremamente exigentes em termos éticos, em relação a quem promovem, a quem nomeiam para cargos públicos. Eles são a porta que permite a alguém ser candidato a deputado e têm de assumir essa função de forma bastante clara. Sob pena de os sentimentos de desconfiança se reforçarem cada vez mais e de o crescimento das al-



ANDREAS SOLARO/AFP

## DESPORTO PROVA DE MARTÍNEZ E JOGOS OLÍMPICOS

Ano farto para os amantes do desporto. De 14 de junho a 14 de julho, decorre, na Alemanha, o Europeu de futebol. A seleção portuguesa, que na fase de grupos enfrentará a Chéquia, a Turquia e um terceiro adversário ainda por definir, parte como uma das favoritas, não só pelo histórico recente (venceu o Euro 2016 e a Liga das Nações de 2019), mas também pelo registo impressionante de Roberto Martínez desde que há quase um ano assumiu a liderança da equipa das quinas – 10 vitórias nos 10 jogos de apuramento para o Europeu. Menos de duas semanas após o término da prova futebolística, a 26 de julho, arrancam em Paris os sempre esperados Jogos Olímpicos. Neste momento, a comitiva portuguesa conta com oito modalidades asseguradas (atletismo, canoagem, ciclismo, ginástica, natação, surf, tiro com armas de caça e vela), com 23 quotas equivalentes a 25 atletas. No entanto, até junho, haverá ainda dezenas de competições decisivas, que servirão de veredicto aos atletas do Programa de Preparação Olímpica. É expectável, portanto, que a comitiva portuguesa ainda cresça exponencialmente (nos últimos Jogos, em Tóquio, houve 92 atletas a vestir as cores portuguesas).

ternativas populistas prosseguir.”

Num plano mais prático, o docente universitário aponta um outro desafio para 2024, tão ou mais relevante que o primeiro. “Percebermos o rumo que o sistema partidário vai tomar, num ano que há duas eleições, e sobretudo percebermos se o sistema partidário e a aritmética parlamentar permitirão que haja uma real capacidade de governar. Não de formar governos, porque isso será relativamente fácil. A questão será depois saber se o Governo que se formar tem capacidade para aprovar um Orçamento do Estado e outros instrumentos legislativos, se há condições de governabilidade.”

André Freire junta à discussão uma outra nuance. “É um desafio que vai cair também no campo presidencial. Importa-me saber o que é que o presidente da República vai fazer com os resultados, sejam eles quais foram. Será que vai aceitar uma solução de um Governo minoritário, como aceitou em 2019? Eu acho que não devia aceitar, que devia persuadir os partidos a fazer acordos por escrito, a firmarem compromissos, seja à esquerda ou à direita. Parece-me que seria desejável para termos alguma estabilidade.” Ainda mais quando, no próximo ano, estarão em causa várias questões centrais para o futuro do país, desde a execução das verbas do Plano de Recuperação e Resiliência à definição do local para o novo aeroporto, desde a linha de alta velocidade Lisboa-Porto à execução dos planos de aceleração na construção habitacional, fundamental para estancar uma crise gritante nesta área.

E face a este cocktail de dúvidas e sombras, poderá o ano do 50.º aniversário do 25 de Abril ser aquele em que a democracia portuguesa fica ameaçada? Responde André Freire. “Não, não é um bom momento, mas não vou dramatizar. Os casos que tem havido não ajudam à estabilidade, mas não acho que o regime esteja à beira do colapso. Até porque uma parte do que tem acontecido é a democracia a funcionar.” Carlos Jalali tem a mesma perspetiva. “A democracia não está em risco. É certo que se estes sinais de desconfiança em relação aos partidos se solidificarem, isso pode gerar problemas, mas neste momento a democracia está consolidada, as instituições funcionam. A própria decisão do presidente da República [de dissolver o Parlamento e convocar novas eleições] é um exemplo disso, a ação da Procuradoria-Geral da República [na ‘Operação Influencer’]

“[O Pacto Migratório] é um retrocesso claro. Representa uma política muito mais rígida e conservadora para os direitos dos migrantes e responde a uma pressão da agenda da Direita”

**Thais França**  
Investigadora

“O maior problema [nas eleições presidenciais dos EUA] vai ser uma politização da Justiça, sendo que o conflito entre os vários poderes não vai beneficiar nada a democracia em geral”

**Marco Lisi**  
Investigador e professor universitário



também, não temos de todo um contexto onde as dinâmicas democráticas estejam subvertidas. A avaliação destes 50 anos é positiva. O que é verdade é que a democracia tem de ser cada vez mais nutrida, esse é um desafio que temos de ter muito presente. Desde logo, promovendo os valores democráticos junto das gerações mais jovens.”

#### **EUROCETICISMO, MIGRANTES, EUA**

Dentro e fora de portas, há uma outra questão premente, que passa pela capacidade de preservar certos direitos já conquistados. E aqui voltamos à extrema-direita ou direita radical. Bruno Madeira explica. “O problema não é estes partidos serem radicais, porque radical significa ir à origem dos problemas e isso parece-me positivo. O problema é que como sentimos que seremos os primeiros a viver pior do que os nossos pais, e estamos legitimamente descontentes com isso, surgem estas ideologias em que se defende que para tentar resolver o problema é legítimo atacar outros, expulsar migrantes, retirar direitos às menores, como se isso garantisse o regresso aos nossos direitos anteriores. Estas ideolo-

gias é que são problemáticas e inaceitáveis. E na verdade continuamos com este problema de fundo um pouco por todo o Mundo, desde Trump nos EUA a Le Pen em França, há numerosos exemplos. Esse é sem dúvida um dos grandes desafios para 2024, sermos capazes de encontrar alternativas credíveis.” Uma questão que também se coloca com particular ênfase nas eleições europeias do próximo ano, agendadas para junho.

Catarina Silva, que integra o Centro de Investigação em Ciência Política da Universidade do Minho e tem dedicado particular atenção ao euroceticismo e aos populismos, prevê um sufrágio particularmente desafiante. “Eventualmente vão ser as eleições mais renhidas. Considerando que em 2019 já tivemos as eleições europeias mais participadas de sempre, e que de cada vez que a participação é mais elevada aumenta a fragmentação do Parlamento, porque há mais partidos extremistas que são eleitos, é de prever que a tendência se intensifique.” Desde logo, pelos sinais que vão chegando. “Olhando para o panorama a leste, a Hungria, a Polónia, o Grupo de Visegrado, é de prever que elejam um número

considerável de deputados da extrema-direita. Depois há o caso da França, onde a extrema-direita também costuma ter bons resultados nas europeias. Além de o país viver uma situação que favorece esses movimentos. E ainda temos a Itália, onde foi eleita a Meloni, os Países Baixos, onde o partido liderado por Geert Wilders venceu recentemente as legislativas, a Espanha, onde nas legislativas até houve um resultado mais negativo para o Vox [extrema-direita], mas onde, face à situação política atual e às amnistias que têm sido concedidas, é de prever que haja um bom resultado nas europeias. E Portugal, onde não sabemos bem o que vai acontecer, porque habitualmente no nosso país estas eleições são uma espécie de cartão vermelho ao Governo vigente, mas neste caso, como decorrem apenas três meses depois das legislativas, não é provável que isso aconteça. Sabemos que André Ventura já se posicionou junto do ID [Identidade e Democracia] e que, se tiver um resultado tão expressivo como é expectável nas legislativas, vai seguramente eleger deputados para o Parlamento Europeu.”

A confirmar-se o prognóstico de um

## **MÚSICA GRANDES NOMES VISITAM PORTUGAL**

O ano ainda nem começou (só amanhã) e já é certo que trará grandes nomes do panorama musical mundial a pisar os palcos portugueses. A começar por Taylor Swift, por exemplo, estrela maior da pop, que se estreia em Portugal com uma data dupla – a 24 e 25 de maio, canta no Estádio da Luz, em Lisboa. Ainda dentro do universo da pop, destaque para o regresso de Ed Sheeran, desta vez para atuar no Rock in Rio (que em 2024 se muda da Bela Vista para Loures), a 16 de junho. No mesmo evento, estarão, entre outros, os Scorpions e Dojo Cat. Pela Altice Arena (Lisboa), é já certo, passarão os Depeche Mode (19 de março) e os Dave Matthews Band (5 de maio). Além de outros nomes grandes da música planetária, que visitarão Portugal à boleia dos vários festivais: é o caso dos Keane, que marcarão presença no North Festival, no Porto, de Lana Del Rey e dos The National, que estarão no Primavera Sound, no Porto, dos Take That (estrela em Portugal da banda que lançou Robbie Williams) e dos Snow Patrol, que atuarão no MEO Marés Vivas, em Gaia, dos Pearl Jam e dos Arcade Fire, já confirmados no NOS Alive.

novo crescimento deste grupo (ID), o resultado será um Parlamento mais fragmentado, em que uma visão marcadamente pró-europeia vai sendo permeada por cada vez mais vozes eurocéticas, em que os princípios basilares da União Europeia deixam de ser tabuleiro comum, em que as decisões obrigam a negociações constantes e no limite se tornam impossíveis. “A verdade é que temos tido cada vez mais grupos que não têm uma visão assente nos mesmos princípios europeus. Basta ver o que aconteceu com a aprovação da adesão da Ucrânia à União Europeia. Teve que se pedir a Viktor Orbán [primeiro-ministro da Hungria] que fosse tomar um café para que a adesão fosse aprovada com restrições. Ao nível do Parlamento Europeu, tenderá a ser cada vez mais assim, com dossiês muito sensíveis, ao nível da imigração, por exemplo. Aliás, o próprio Pacto Migratório já vai nesse sentido. Se houver um reforço deste tipo de retórica, o desafio torna-se ainda maior.”

Aprovado a 21 de dezembro, o acordo, que mereceu quatro anos de discussão, e contou com o aval de 21 dos 27 Estados-membros, tem merecido contestação. Na prática, os países do sul da Europa, mais pressionados pela chegadas de migrantes, vão poder instituir um sistema de asilo mais restrito, cuja triagem terá lugar nas fronteiras externas destes Estados, sendo que o poder para reenviar alguém que não tenha conseguido provar que precisa de proteção internacional é também reforçado. O Pacto estabelece ainda um mecanismo de solidariedade obrigatória, com a possibilidade de os países que não são diretamente receptores e não desejam sê-lo pagar 20 mil euros por cada pessoa que não recebem. Esse dinheiro será enviado para um fundo de gestão de fluxos migratórios, mas não ficou definido em que é que pode ser investido, uma falha que tem levantado múltiplas dúvidas e receios.

Bruna Coelho, coordenadora editorial da Amnistia Internacional, assume preocupações específicas em relação a vários pontos do Pacto, entre as quais o receio de que a obrigatoriedade do rastreio como procedimento inicial se traduza num aumento das detenções de facto e de que o suposto mecanismo solidário aumente “a pressão sobre os estados fronteiriços”. Mas a maior de todas elas é que “os migrantes recorram cada mais aos chamados passadores, e que façam estas rotas por uma via irregular e ainda mais peri-



gosa, mediante o pagamento a estas pessoas, que daí tiram enorme benefício financeiro”. “Não estamos a investir num acolhimento digno. Este Pacto acaba por ser uma forma de os países fugirem à responsabilidade e ao compromisso em matéria de proteção de refugiados.”

A apreensão não é exclusiva dos partidos de esquerda e das organizações não-

governamentais. Também Thais França, investigadora do ISCTE que tem dedicado particular atenção aos estudos migratórios, reconhece que o Pacto é mais rígido “no que diz respeito ao asilo e proteção na Europa” e que “coloca em risco determinados direitos dos migrantes”, sendo “esperado que haja um endurecimento das políticas migratórias”. Thais



partilha ainda das reservas em relação ao dito mecanismo solidário. “Não é dito a que é que se destinam as verbas, no limite podem ir para a construção de cercas ou centros de detenções. É muito vago.” Em suma, a investigadora considera que o Pacto dá corpo a “uma política muito mais rígida e conservadora para os direitos dos migrantes” e que “responde a uma pressão da agenda da Direita”. “É um retrocesso claro”, sentencia.

É também um sinal do impacto que uma mudança no figurino do Parlamento Europeu pode ter em aspetos centrais da nossa vida. O ambiente, inclusive. Ainda recentemente, Francisco Ferreira, da Zero, mostrou particular apreensão, lembrando que as eleições europeias ditarão se a União Europeia vai manter “o seu rumo de líder mundial na defesa da sustentabilidade ou se, pelo contrário, fará um desvio para o conservadorismo e proteção dos interesses instalados”. O mesmo desafio se coloca em relação à guerra na Ucrânia, por exemplo, uma vez que a composição do Parlamento Europeu poderá ser decisiva para o apoio concedido ao país que, em fevereiro de 2021, viu o seu território inva-

do pela Rússia de Vladimir Putin.

Da Europa para os Estados Unidos, onde se joga, no próximo ano, uma parte importante do xadrez mundial, vale a pena lembrar que em março há primárias – onde ficarão definidos os candidatos do Partido Democrata e do Partido Republicano – e que em novembro há lugar à grande decisão. O ponto nevrálgico da questão é perceber se assistiremos ao regresso de Donald Trump à presidência do país, depois de todos os escândalos que marcaram o seu mandato anterior e dos imbróglios judiciais que pairam sobre si.

Para já, e apesar de o Supremo Tribunal do Colorado o ter declarado inelegível para as primárias naquele estado, tudo está em aberto, com as implicações que isso pode acarretar à escala global. “Neste momento, muitas coisas podem acontecer, pode haver surpresas, até já se falou na possibilidade de o atual presidente, Joe Biden, desistir da corrida”, ressalva Marco Lisi, investigador do Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa, antes de apontar vários fatores que poderão ser preponderantes no processo. “Os meios de comunicação social vão ter um papel importante, a questão da desinformação e as redes sociais, o próprio papel do Supremo Tribunal, que pode ir desde a escolha dos candidatos até ao resultado das eleições, sobretudo se forem muito competitivas. Penso que o maior problema vai ser uma politização da Justiça, sendo que o conflito entre os vários poderes não vai beneficiar nada a democracia em geral.”

O que parece certo é que os resultados das eleições americanas terão impacto considerável em várias questões prementes da geografia mundial. E voltamos à guerra desencadeada por Putin. “Se houver uma vitória do Partido Republicano, é expectável que se deixe cair o apoio à Ucrânia.” O que escancararia as portas para que a Rússia cumprisse as suas intenções. No caso da Israel, e da guerra em Gaza onde já morreram mais de 20 mil pessoas, o docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas não acha tão viável uma inversão da política. “É previsível que haja uma continuação do apoio dos EUA. A questão é que se os democratas vencerem há alguma esperança de que o país possa ter um papel ativo na mediação do conflito. Com os republicanos isso será mais difícil.” Ou outra prova de que 2024 será um ano de desafios colossais. ⑦

## TECNOLOGIA ROBÔS HUMANOIDES E CARROS VOADORES

Depois de um ano que ficou vincadamente marcado por uma evolução fulgurante da inteligência artificial (IA), expressa desde logo na disseminação do uso de ferramentas generativas como o ChatGPT, a grande questão passa por perceber quais serão os grandes avanços tecnológicos a esperar do ano que aí vem. A resposta será sempre arriscada, com toda a certeza incompleta, mas é certo que, em grande medida, continuará a passar pela IA, desde logo através dos robôs humanoides. Elon Musk, multimilionário dono da Tesla, entre outros, já fez saber que espera usar nas suas fábricas, já este ano, o Optimus, robô desenvolvido pelos engenheiros da Tesla. Sendo que não faltam grandes empresas tecnológicas a apostar no desenvolvimento destes humanoides. 2024 promete ser também o ano em que os carros voadores vão “descolar”. Neste momento, há pelo Mundo várias empresas que já desenvolveram modelos destes revolucionários veículos, que deverão começar a chegar aos consumidores já este ano.